

Letícia Cristina Bizarro Barbosa

**Economia Solidária: Tendência Internacional de
Desenvolvimento Econômico e Social
- Caso embrionário da maricultura catarinense -**

São José, julho de 2005

INDICE

INTRODUÇÃO	03
1. História Economia solidária.....	04
2. Desemprego e a Globalização.....	07
3. Soluções capitalistas.....	10
4. Economia Solidária: uma alternativa.....	12
5. A economia Solidária no Brasil.....	17
6. Maricultura em Santa Catarina: o nascimento de uma economia solidária.....	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA.....	25
ANEXOS.....	27

INTRODUÇÃO

A economia solidária ressurgiu na década de 90 com o conceito de democracia, solidariedade, cooperação e coletividade entre os envolvidos.

Diante do movimento capitalista no mundo, diversos pesquisadores e ideologistas pensam em alternativas que ao longo dos tempos foram adotados em muitos países. O desenvolvimento econômico mundial deixou grandes seqüelas como o desemprego e a má distribuição de renda. Com isso, a miséria e a desagregação do trabalho.

Neste sistema, o desenvolvimento econômico não está associado ao desenvolvimento social, o fluxo de capital se move de mercado em mercado considerando os possíveis ganhos dos investidores e não o desenvolvimento produtivo social.

No capitalismo, o que se sugere para o desenvolvimento econômico-social de camadas mais baixas é a qualificação da mão-de-obra, sem se preocupar com oferta de postos de trabalho ou espaço para novos empreendimentos crescerem. Isso gera somente concorrência por estes espaços. O ganho de alguns se dá em detrimento da perda de outros.

Para tanto, o movimento da economia solidária torna-se uma ideologia real com tantas ações e empreendimentos consolidados no mundo todo. São cooperativas de produção e serviços, cooperativas de crédito solidário, empresas de auto-gestão e redes solidárias.

O maior desafio é a individualidade que está enraizada no ser humano contemporâneo. Trabalhar coletivamente é uma tarefa difícil, no entanto, as ações devem ser focadas no diálogo, na decisão participativa, na qualificação em gestão administrativa, no fortalecimento dos empreendimentos solidários e na sua inserção no mercado de forma competitiva.

É o que acontece com os produtores de mariscos e ostras no estado de Santa Catarina e é mostrado neste artigo.

1. História Economia solidária

A Grã- Bretanha foi a pátria da Primeira Revolução Industrial, a exploração do trabalho nas fábricas vem crescendo vertiginosamente desde esse período. As crianças começavam a trabalhar cedo nas indústrias, a jornada de trabalho eram longas demais e debilitavam o físico dos trabalhadores e a mortalidade, o que impediam o desenvolvimento da produtividade.

Com isso, vários industriais mais esclarecidos, como o britânico Robert Owen que decidiu limitar a jornada e proibir o emprego de crianças, erguendo escolas para estas, começaram a propor leis de proteção aos trabalhadores.

Robert Owen obteve maior produtividade e conseqüentemente maior lucro com o investimento no bem-estar dos empregados. Isso foi motivo de muita admiração e respeito no mundo todo pelo feito.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial em 1815, o desaparecimento da demanda bélica, resultou na depressão da economia, conseqüentemente muitos desempregados. Em 1817, Owen apresentou um plano de governo que direcionaria os recursos que eram destinados aos fundos de sustento aos pobres para compra de terras e construção de Aldeias Cooperativas em que as pessoas trabalhariam nas terras e em indústrias, produzindo a própria subsistência.

A idéia de Owen era certa, pois o maior “gargalo” de qualquer crise econômica do tipo capitalista é a ociosidade forçada por parte substancial da força de trabalho. E este plano tiraria o peso morto de sustentar excluídos socialmente.

Porém, na segunda década do Século XIX, o governo britânico não quis implantar o plano de Owen. Desiludido, partiu para os Estados Unidos, afim de implantar um modelo de Aldeia Cooperativa para o mundo. Estabeleceu o empreendimento cooperativo em New Harmony, no estado de Indiana, em 1825, e logo sofreu retaliações. Quatro anos depois volta para Grã-Bratânia.

Com todo esse movimento de Owen, seus discípulos passaram a por em prática seus ideais e montaram sociedades cooperativas por todo canto. No mesmo momento, surgia o sindicalismo que era proibido por ser considerado atentado à livre

concorrência. Em 1824, novos sindicatos foram criados a partir da revogação dos *Combination Acts*, e com estes cooperativas.

A primeira cooperativa a ser criada por George Mudie nos moldes de Owen foi formada por jornalistas e gráficos de Londres, pela qual publicaram *The Economist*, o primeiro jornal cooperativo.

Em Brighton, Dr. William King, conhecido como médico dos pobres, encabeçou a criação da Brighton Co-operative Trading Association (Associação Cooperativa de Troca de Brighton). Começou como um armazém cooperativo para ajudar a formar um fundo de capital. A associação arrendou terras e produziu legumes para serem vendidos no armazém. Em 1830, William King deixou a associação por problemas familiares e dois anos depois ela faliu.

A *Brighton Association* surgiu em 1828, com a publicação de um mensário *The Co-operator*, redigido por King e reservado a expor os princípios do cooperativismo. Durou dois anos e se espalhou pelo país. Os números de cooperativas criadas na primeira edição foram de quatro, um ano depois registrara 70 empreendimentos, no final deste ano havia 130 e no encerramento já eram 300 cooperativas.

Perante tamanha ascensão do cooperativismo, o owenismo foi adotado pelo sindicalismo.

A criação das cooperativas do tipo owenistas, ligados ao sindicalismo, tornou os conflitos com empregadores de reivindicações de melhoria de salários e de condições de trabalho em substituição no mercado. As greves tornaram-se instrumento de negociação pela autogestão.

Como forma de rejeição do comércio, assim com de qualquer atividade que visasse o lucro, as sociedades owenistas passam a criar bazares e bolsas para a troca de produtos entre cooperativas operárias. A *National Equitable Labour Exchange* (Bolsa Nacional de Trabalho Equitativo), teve sua primeira sucursal em 1832. As trocas não eram estritamente feitas por escambo, havia uma moeda própria cuja unidade eram em horas trabalhadas.

A pesar do seu encerramento em 1834, devido à derrota do movimento dos operários frente aos empregadores, a luta dos sindicalistas contra os capitalistas geravam outros ganhos. A *Factory Act* é aprovada em 1833, legislação protetora dos

trabalhadores de fábrica, porém não reduziu a jornada de trabalho para dez horas. Com isso, Owen lidera a reação dos sindicalistas no norte e cria a Sociedade pela Regeneração Nacional em luta para jornada de oito horas. A mobilização foi grande, o que provocou a reação dos industriais que resolveram fazer um *lock-out*: demitir todos os trabalhadores sindicalizados. Muitos tiveram que abrir mão dos sindicatos para poder trabalhar. Em resposta, os operários demitidos montaram cooperativas e tentaram vender seus produtos.

Toda essa luta sucumbiu diante às forças dos empregadores e industriais da época. Porém, foi o suficiente para plantar a semente do cooperativismo a ser disseminado pelo mundo.

2. Desemprego e a Globalização

No Brasil há milhões de desempregados e não há como realocá-los neste sistema econômico que vigora. Registros do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que, em 2003, o mercado informal abriga quase 14 milhões trabalhadores. Segundo IBGE (2003), o setor informal se caracteriza pela “produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção”. Nesta economia informal incluem-se trabalhadores por conta-própria, pequenos empregadores, empregados com carteira assinada e sem carteira assinada e não-remunerados.

Bertucci (2003, p.65) reforça o seguinte:

“Tal quadro contrasta com o progresso das nações verificado nas últimas cinco décadas, quando o PIB mundial cresceu cinco vezes a contradição apenas expressa os resultados de um modelo de desenvolvimento baseado na concentração das riquezas em algumas nações e por algumas pessoas. Entre 1960 e 1990, a participação dos 20% mais ricos da população mundial cresceu de 70% para 85%, enquanto todos os demais segmentos perderam. Tal contradição engendra a caracterização da ‘sociedade 20 por 80’, onde os 80% vivenciam o crescente processo de exclusão social.”

Contudo, os avanços tecnológicos mudam todo um paradigma na reestruturação produtiva levando “a extinção de milhares de ocupações e a flexibilização e eliminação de direitos sociais anteriormente conquistados pela classe trabalhadora”. (BERTUCCI, 2003, p.66)

Segundo dados levantados pela Cáritas (BERTUCCI, 2003, p.66), a taxa de desemprego, que ronda os 16,5% no Brasil em 2003, é resultado de políticas de estabilização da economia e de reestruturação produtiva. Com isso, a redução de postos de trabalho nos setores primários e secundários e um crescimento da ocupação no setor terciário. Porém, constata-se um aumento das ocupações precárias e informais. Substituindo-se as condições de proteção e milhares de trabalhadores pelo subemprego.

O setor informal vem crescendo devido à agregação de pessoas que, expulsas do mercado formal de trabalho, trabalham por conta própria, sem qualquer registro trabalhistas, benefícios ou direitos.

Em virtude desta derradeira crise surgem diversas iniciativas em reação ao que acontece. Iniciativas liberais com base no empreendedorismo e empregabilidade, enfocando a reciclagem, atualização e capacitação do desempregado em geração dos seus próprios negócios.

Já outras iniciativas advindas dos setores mais populares visando à solução coletiva da questão dos postos de trabalho através de cooperativas de produção e de trabalho, associações de produtores e empresas de autogestão, sejam no meio rural ou no meio urbano. “Nasce de uma atitude crítica frente ao sistema hegemônico e orientam-se por valores não mercantis como a solidariedade, a democracia e a autonomia.” (BERTUCCI, 2003, p. 66)

Singer utilizou-se de duas concepções de um estudo elaborado para Instituto Internacional de Estudos do Trabalho – individualismo e estruturalismo – para explicar a visão sobre a exclusão social.

“Os estruturalistas enxergam a desigualdade como uma decorrência natural da economia de mercado, que precisa ser contra-balanceada por mecanismos que redistribuam a renda, direta ou indiretamente, dos ricos aos pobres. Os individualistas atribuem a maior parte da desigualdade às tentativas bem-intencionadas, contudo contra-producentes, de resolvê-la por meios institucionais.” (SINGER, 2001, p. 60)

Os estruturalistas vêem no governo o meio de acabar com a pobreza atuando na distribuição de renda. Já os individualistas pensam que desta forma propiciará a formação de um “exercito de pobres profissionais”. Eles acham que deve haver incentivo ao pobre para a auto-ajuda mostrando que é pelo próprio esforço que sai da pobreza. (SINGER, 2001, p. 61)

Os individualistas atribuem as atitudes individuais para a inclusão social. Já os estruturalistas atribuem a capacidade ao estado.

Há diferenças entre o jovem que está à procura de emprego e o trabalhador com mais idade que esgotou o seguro desemprego, este último é quem deve ser considerado desempregado e conseqüentemente excluído social.

A demanda por trabalhadores vem caindo em setores em que a atuação da tecnologia está aumentando, exemplo são as indústrias. Os robôs e computadores estão substituindo milhões de empregos no mundo inteiro. E pelo pensamento de Singer (2001, p.118), “estes ganhos de produtividade do trabalho beneficiam a todos e seria uma luta inglória tentar barrar o progresso técnico para manter seres humanos fazendo coisas que máquinas fazem mais barato ou melhor.”

Outro fator é a globalização da economia que está modificando a divisão internacional do trabalho. Segundo Singer (2001, p.118), os capitais se transferem para regiões onde os custos trabalhistas são menores ou onde não existem os benefícios sociais já acordados em convênios internacionais, isso agrava ainda mais a perda de empregos nos países onde há direitos trabalhistas e que são respeitados.

A crise do desemprego se estende à economia em que as empresas procuram fazer ao extinguir os encargos trabalhistas e admitindo cada vez mais os prestadores de serviços ou autônomos sub-contratados. Esse fator desencadeia o processo de desmotivação da luta por novos direitos, além disso, “a concorrência nos mercados de trabalho informal, precários, sub-contratado etc. obriga os trabalhadores a fazerem jornadas muito longas, o que naturalmente os polariza em dois grupos: um que trabalha demais e outro que não encontra trabalho suficiente” (Singer, 2001, p.119).

3. Soluções capitalistas

Ingenuamente, ou não, as soluções propostas pelo sistema capitalista é a qualificação dos trabalhadores e algum financiamento para começar um negócio por conta própria. A demanda por força de trabalho depende do crescimento dos mercados onde as empresas vendem seus produtos, pois as qualificações não induzem os capitais a criar postos de trabalho. Portanto, o resultado de tanta qualificação será a maior competitividade entre os trabalhadores.

Paul Singer discute a questão pela ótica descentralizadora e diz que a transformação de desempregados em microempresários ou operadores autônomos é puramente ilusória. Pois estes, geralmente, não tem conhecimento empreendedor e de mercado com a ilusão de que há lugar para ele e acaba sendo esmagado pela concorrência e experiência de outras que sobreviveram.

Porém, se cada pequena empresa criada por um desempregado tivesse desde o início eficiência e clientela que a viabilizasse, a economia sofreria uma expansão sem risco de superprodução, isso se estas empresas não se concentrarem no mesmo setor.

Singer (2001, p.121) defende mercados formados por trabalhadores, mercados produtivos: “Os complexos econômicos constituídos por pequenas empresas tem grande capacidade de crescimento, sobretudo se puderem se basear no mercado formado pelos trabalhadores.” Isso porque não adotam a lógica capitalista.

O movimento das empresas no mercado dominado pelo capital é de subsidiar grandes empresas. O crescimento das pequenas empresas, nesse caso, se dá pelo desenvolvimento das grandes, devido sua dependência.

O resultado desse crescimento é o aumento de competição entre as pequenas empresas. Enquanto uma ganha mercado, outra perde cliente. Essa competição só trás vantagens para as grandes empresas que obtêm os melhores serviços pelo menor custo.

Por um longo período a solução capitalista para o desemprego foi a emigração de boa parte da população como foi o caso da migração de italianos e alemães para países que ainda se estruturavam como a Argentina, os Estados Unidos e o Brasil. Nesse

caso, trabalhadores desenvolveram mercados locais a partir de pequenas empresas que prosperaram por estarem longe da concorrência do grande capital.

Atualmente, a emigração não surte mais o mesmo efeito que em outras épocas. Portanto, a simples redistribuição de renda ou o deslocamento geográfico não resolve mais o problema do desemprego. Segundo Singer (2001,122), será necessário soluções não capitalistas como condições mínimas para pequenas empresas se desenvolverem.

4. Economia Solidária: uma alternativa

Paul Singer (2001, p.122) propõe uma solução não capitalista para o desemprego. A partir de uma oportunidade de inserção da massa socialmente excluída em um novo setor econômico, formado por pequenas empresas dentro de um mercado protegido da competição externa. Para tanto, é necessário um período de aprendizagem para ganhar eficiência e clientela.

O instrumento para este sistema é a formação de uma cooperativa de produção e de consumo. Na percepção de Singer “quanto maior o número de cooperativas, tanto melhores suas chances de sucesso”. (2001, p.122)

O compromisso dos cooperados está em dar prioridade aos produtos das próprias cooperativas. A formação de redes solidárias de cooperativas de produção e consumo dá forma à economia solidária no mundo. Martinho (2003) caracteriza redes como de cooperação, com confiança mútua entre os membros, pactuação, a diversidade, uma conversão de mão dupla; e a formação tem como pré-requisito um objetivo comum e afinidades. A organização se torna horizontal e sem hierarquia, possibilitando o surgimento de multilideranças. Sendo assim, as formas de decisão são democráticas, havendo a negociação e resolução de conflitos e decisões colegiadas. Porém, não caracteriza uma anarquia, pois há uma coordenação, seja ela colegiada, secretariada ou outra forma.

Mance (2002, p.23) destaca a formação de redes solidárias locais e mundiais interligando cadeias produtivas formadas por cooperativas solidárias. As redes são facilitadoras da transmissão de informação que, no caso da economia solidária, torna viável a troca de conhecimento e o comércio. Assim com esse processo de formação de redes dinamizou o fluxo de capitais, vem dinamizando também a formação de redes de mobilização social em torno de uma alternativa global ao capitalismo. Esses sistemas já ocorrem em diversos países como é o exemplo de Mondragón, no norte da Espanha e no Brasil, com experiências de redes solidárias como a CONSOL, em Novo Hamburgo – RS.

A participação do poder público torna-se peça fundamental do processo, pois dele depende a intervenção tributária, apoio às cooperativas e fomento a instituições de apoio a cooperativas. Não só o poder público, mas também o envolvimento dos sindicatos de trabalhadores, entidades empresariais progressistas e movimentos sociais.

A idéia de Paul Singer de economia solidária é da organização da produção em pequenas unidades em função delas mesmas e não em função de uma grande empresa.

O fundamental é todos dividirem as responsabilidades, participar das decisões, dos ganhos e prejuízos.

Uma empresa solidária tem como fundo o associativismo, pois todos têm voz de decisão da gestão da empresa em nível de igualdade. Por ser democrático não há possibilidade de descarte de trabalhadores como acontece em uma empresa capitalista, pois todos são donos e todos decidem. Não há exploração de mão de obra, os empresários solidários exploram sua própria força de trabalho.

A questão da economia solidária é interessante, pois não é só a questão de ser formada por uma estrutura igualitária e democrática em que os trabalhadores são sócios e donos, mas envolve ainda preferencialmente empreendimentos solidários, comprar de fornecedores também solidários, utilizar-se de serviços de cooperativas de crédito, participar de feiras de trocas dando atenção a questões de conservação do meio ambiente, de direitos humanos e da sociedade. Assim se fomenta a economia solidária.

Este sistema alternativo de economia mais humanista pode abranger todas as áreas da economia e tudo indica que não há tipo de empreendimento que não possa se adequar à sistematização de solidariedade. Isto significa que já não é mais tão alternativo, pois já é possível formar toda uma cadeia produtiva só com empreendimentos solidários em que todos são trabalhadores com participação na produção e na distribuição da renda.

No entanto Singer (2000, p.23) faz suas considerações sobre a formação de cadeias produtivas solidárias:

“Mas, para que esta hipótese se torne realidade nos vários países é preciso garantir bases de sustentação à economia solidária. As mais importantes são fontes de financiamento, redes de comercialização, assessoria técnico-científica, formação

continuada dos trabalhadores e apoio institucional e legal por parte das autoridades governamentais.”

Paul Singer fala mais a fundo de um sistema de economia solidária em que produtores, empresas, e cooperativa se associam em uma central de comércio e consumo. Os associados vendem e consomem produtos desta central, num sistema de troca e com moeda própria.

O LETS (Local Employment and Trading System) criada nos anos 80, em British Columbia (Canadá) por Michel Linton, é um ótimo exemplo. O LETS divulga uma lista dos produtos oferecidos pelos associados. A compra e venda dentro da central é feita a crédito. Por exemplo, uma cooperativa de vestuário compra tecidos de outro associado, esta transação dá lugar a um crédito no valor do tecido para o produtor de tecidos e um débito para a cooperativa de vestuário. À medida que a cooperativa de vestuário vende suas roupas produzidas com este tecido dentro da central para os associados, ela vai sanando seu débito.

Por trás desse sistema há toda uma estrutura monetária para que não haja inflação, muito débito circulando e outros problemas que surgem como em qualquer sistema financeiro. A vantagem é que os associados não sofrem uma concorrência direta de grandes empresas. De certa forma ficam protegidas, pois agem localmente, e juntas podem unir forças na busca de tecnologia de produção e comercialização para entrar no mercado mais fortes e com mais estrutura. SINGER (2001, p.137) explica que, “quanto maior for o número de membros, quanto maior e mais diversificada for a sua produção, quanto maior o fluxo de compras e vendas, tanto maior será a chance de sucesso de cada produtor individual associado ao sistema”.

No entanto, as empresas auto-geridas pelos trabalhadores é que ganham forças, por já estar inseridas no mercado, falidas ou não, estão ganhando espaço no país e no mundo.

Segundo dados colhidos por Singer (2001, p.135), foi aprovada lei que concede incentivo fiscal para firmas que abrem seu capital à participação dos empregados em 1974 nos Estados Unidos. Após dez anos, 7.000 empresas com cerca de 10% de toda a força de trabalho do país passaram a ser propriedade parcial dos empregados. A

intenção de senador Russel Long, que propôs a lei, era de democratizar o capital das empresas que estava concentrada nas mãos de 0,5% da população. Nos Estados Unidos, que há esta legislação, gerou nos chamados Planos de Participação dos Empregados no Capital da Empresa (ESOPs – Employee stock ownership plans), que permite a venda da empresa em estado pré-falimentar para os empregados, evitando assim, o prejuízo para empregados.

No Brasil, não há legislação que rege a compra e venda de empresas pelos empregados, mesmo assim isso vem ocorrendo. Nos anos 90, muitas empresas fecharam as portas, ou quase, devido à abertura do mercado interno. Isso resultou na transferência da propriedade total ou parcial de seus empregados para não falir.

A co-gestão ou a auto-gestão instiga o aumento de produção, pois a própria mão-de-obra participa das decisões da empresa e eles se sentem donos do negócio, tornam-se empreendedores. O grande desafio está em reerguer uma empresa falida ou em vias de fato. Uma empresa que apresenta defasagem tecnológica, equipamentos desgastados, falta de competitividade geralmente em relação a produtos importados. Vários obstáculos vão aparecendo com a mudança tão radical de empregado para gestor de negócios.

Para tanto, os trabalhadores em empresas auto-gestionárias formaram a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores das Empresas Auto-gestionárias) para assessorar os trabalhadores.

O objetivo da economia solidária é por em prática a solidariedade no lugar da competição. Nas empresas auto-gestionárias, o objetivo deixa de ser a lucratividade para o patrão e passa a ser a preservação dos postos de trabalho. Nestes casos os trabalhadores se dispõem a sacrifícios como abrir mão de um salário mais elevado para que todos possam continuar trabalhando. O que não acontece em empresas capitalistas, onde os empregados competem por promoções e cargos de chefia. Numa empresa de auto-gestão a cooperação entre os trabalhadores é fundamental para recuperar a competitividade.

Uma economia alternativa como a formação de empreendimentos solidários de autogestão e auto-sustentáveis como forma de gerar trabalho e renda de forma

participativa e democrática em que todos têm a mesma participação tanto no trabalho como nos benefícios e lucro.

5. A economia Solidária no Brasil

O cooperativismo surgiu no Brasil no século XX com os imigrantes europeus. As cooperativas eram ou de consumo ou agrícolas. As cooperativas de consumo eram formadas por empresas e tinham a característica de proteção dos trabalhadores da carestia. No momento em que as grandes redes de hipermercados conquistaram os mercados estas cooperativas de consumo acabaram fechando as portas. Já as cooperativas agrícolas se desenvolveram e algumas se transformaram em grandes agroindústrias. Porém, estes empreendimentos não estavam dentro do modelo de economia solidária. Isto é, a gestão não era coletiva e a mão-de-obra era assalariada.

Com as crises das décadas de 80 e 90, que assolou a economia do Brasil, a taxa de desemprego subiu assustadoramente pela desindustrialização do país. Neste momento, a economia solidária reviveu.

A história do movimento solidário no Brasil ressurgiu na década de 1980, mas tomou impulso na segunda metade da década de 1990. A economia solidária no Brasil resultou de movimentos sociais que reagiram aos períodos críticos de desemprego em massa, que teve suas primeiras crises em 1981, piorando com a abertura de mercado interno às importações a partir de 1990. Com isso, um ano depois, o movimento sindical se articulou no apoio aos empregados nas tomadas das empresas que faliam formando, então, cooperativas de produção, a “virada do jogo” para não fechar postos de trabalho. Em 1994, várias empresas auto-gestionárias que surgiram da falência destas empresas capitalistas fundaram a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Auto-gestionárias (ANTEAG). O mesmo acontece com a criação da UNISOL – União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo. A UNISOL nasceu da união de empreendimentos solidários juntamente com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC que receberam o apoio da ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário) da CUT (Central Única dos Trabalhadores). Hoje, a UNISOL está ganhando âmbito nacional.

O MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é outro apoio que os empreendimentos solidários têm, principalmente do âmbito rural. O Movimento organiza cooperativas nos assentamentos rurais em diversas áreas. Para isso, possui uma escola de formação de técnicos em cooperativismo. Em 1989 e 1990, o MST criou o

Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Após dez anos de criação, a SCA conta com 86 cooperativas em todo Brasil divididas em Cooperativas de produção agropecuária, cooperativas de prestação de serviços e cooperativas de crédito.

A Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida gerou um movimento que criou as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) e se uniu à Unitrabalho (união de várias universidades) em 1999 que presta serviços ao movimento operário. As ITCPs são multidisciplinares, contando com o trabalho de professores, alunos de graduação e pós-graduação pertencentes a diversas áreas como administração, direito, ciências políticas e psicologia. Fazem o trabalho de suporte a formação de cooperativas de produção e trabalho entre a população mais pobre. A Unitrabalho desenvolve estudos sobre economia solidária desde 1997.

Outras organizações de apoio à economia solidária surgiram recentemente como a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), da central sindical CUT, com a parceria da Unitrabalho e o Dieese, Departamento Intersindical de Estudo Estatísticos, Sociais e Econômicos. A ADS mobiliza os sindicatos filiados à CUT a se envolverem na formação de cooperativas populares de crédito, complexos cooperativos de produção ou de trabalho. As cooperativas ou grupos de cidadãos que a ADS apóia receber assessoria de gestão administrativa, contabilista, capacitação e formação em cooperativismo e outros.

Os complexos cooperativos a que se refere são

“concentrações locais de empreendimentos de economia solidária com a finalidade se (mesma atividade econômica ou cadeia produtiva) e aproximação territorial, que atuam em estreita cooperação entre si, seguindo os princípios da economia solidária e articulados a parcerias com instituições da sociedade civil e/ou governamental, buscando a inserção em processos de desenvolvimento local.” (UMBELINO, ADS p. 01)

A Cáritas, órgão do Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), A Fase do Rio de Janeiro, prefeituras e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (municípios da Grande São Paulo), que formou a UNISOL Cooperativas, também merecem o respaldo

pelo seu trabalho junto a camadas mais populares no fomento ao associativismo popular.

A Cáritas, entidade ligada a CNBB, financiou milhares de projetos econômicos chamados PACs – Projetos Alternativos Comunitários. Estes PACs se transformaram em unidade de economia solidária gerando trabalho e renda em comunidades de periferia e na zona rural. Há os que se consolidaram no mercado e são independentes de apoio, sustentando-se pela venda de seus produtos, enquanto outros sobrevivem com o auxílio de entidades caritativas.

6. Maricultura em Santa Catarina: o nascimento de uma economia solidária

Ostras e mariscos (mexilhões) são cultivados há décadas em vários países, já no Brasil a atividade econômica ainda é muito recente. As primeiras pesquisas sobre o cultivo datam da década de 50, intensificando-se na década de 70 e início dos anos 80. Os departamentos de pesquisa e extensão da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e da EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S. A.) começaram a desenvolver pesquisas de reprodução e cultivo de moluscos bivalves a partir da segunda metade da década de 80 em Santa Catarina. A partir de então, com trabalho de pesquisadores, técnicos e pescadores das colônias litorâneas do estado, a maricultura passa a ser uma alternativa concreta de geração de renda, possibilitando que muitos dos pescadores artesanais que se viam obrigados a abandonarem suas atividades e, em muitos casos, a localidade onde moram, permanecessem em sua própria comunidade.

Santa Catarina é o responsável por 95% da produção de moluscos bivalves no Brasil, colocando o país na condição de um dos principais produtores latino-americanos, juntamente com o Chile, país com tradição na atividade.

São mais de mil famílias produtoras distribuídas em 11 municípios, produzindo em 2002, segundo dados da EPAGRI colhidos no ICEPA¹, SEAP² e ACAQ³, mais de 12 mil toneladas/ano de moluscos bivalves. Uma evolução significativa, considerando as 190 toneladas de 1990, quando iniciou a comercialização destes produtos no país. Porém, identifica-se nos últimos anos de 2003 e 2004, uma queda acentuada na produção, chegando aos níveis atuais de 10 mil toneladas/ano.

Este quadro é resultado do trabalho e parceria entre produtores, pesquisadores e movimento social. O crescimento e a afirmação da maricultura no Brasil deu-se, principalmente, pelo produtor pescador, que em grande parte, é oriundo da pesca artesanal. Este, que com seus poucos recursos financeiros e materiais, trabalhando com esposa e/ou filhos, sozinho ou em grupo, compartilhando sonhos e dividindo trabalho e

¹ Instituto do Centro de Estudos de Safras e Mecados da EPAGRI.

² Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca.

³ Associação Catarinense de Aqüicultura.

desafios com outros produtores e produtoras, vem fazendo da maricultura brasileira uma realidade para além dos projetos acadêmicos de pesquisas e extensão.

Para muitos a maricultura é atividade de complemento, para outros trata-se da principal ou única fonte de renda, sobretudo no caso de ex-pescadores artesanais, desempregados e desempregadas de cidades litorâneas brasileiras. Contudo, a maricultura vem crescendo a cada ano em Santa Catarina, seja do ponto de vista das tecnologias e pesquisas, seja pela própria organização do setor produtivo, que tem contribuído preponderantemente para o seu desenvolvimento.

A necessidade de se organizar para negociar e comercializar coletivamente é o foco central, pois sozinhos não produzem em grande escala, perdem mercado e não têm acesso as tecnologias de produção e comercialização. A FAMASC (Federação das Associações de Maricultores de Santa Catarina) articula junto aos maricultores a formação de uma rede de comercialização solidária em torno de uma Cooperativa Central de Comercialização dos Moluscos.

A produção de mexilhões e ostras no estado que tem demonstrado um vertiginoso crescimento na última década, tem a falta de conhecimento em comercialização destes moluscos como um dos maiores gargalos para que o setor malacológico possa se desenvolver de forma sustentável. Esta ponta da cadeia produtiva tem ficado a cargo de terceiros – os intermediários. Estes, por sua vez, têm sido os agentes que mais se beneficiam com os resultados econômicos e financeiros produzidos pelo setor. Adquirem os moluscos diretamente dos produtores, de forma individual, contribuindo para a desagregação dos maricultores, incitando à concorrência do produtor. Geralmente compram os moluscos *in natura* e beneficiam em locais sem higiene, sem fiscalização sanitária e vendem à indústrias de transformação, que congelam e embalam o produto, passando a utilizar o SIF - Serviço de Inspeção Federal, concedido pelo Ministério da Agricultura. Aproveitam-se do conhecimento do mercado, muito pouco ou quase nada explorado pelo setor produtivo.

Em recente projeto de pesquisa de mercado desenvolvido pela EPAGRI (BARNI, 2003, p.21), aplicado em grandes centros consumidores do país, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, entre outros, fica demonstrado que

71% dos pesquisados não são consumidores de moluscos e 18% sequer conhecem os produtos da maricultura. Evidencia-se por esta pesquisa que trata-se de um mercado ocioso que necessita ser melhor estudado, afim de instrumentalizar a organização dos produtores catarinenses em ações que viabilizem a comercialização e a logística pensada executada a partir destes maricultores, possibilitando o empoderamento deste importante elo da cadeia produtiva, objetivando assim, maiores e melhores resultados para nossos produtores marinhos.

Algumas iniciativas no sentido de organizar a produção conjuntamente com a comercialização dos moluscos produzidos em nosso estado já foram tentadas, outras, até já foram aplicadas, no entanto, a maioria feita de forma inconsistente, sem o devido e necessário comprometimento dos próprios produtores. Estes exemplos mal sucedidos evidenciam-se em Palhoça, Penha e Bombinhas principalmente, onde o governo estadual construiu Unidades de Beneficiamento, nos quais os equipamentos encontram-se obsoletos e sucateados, e, em pelo menos um caso – Enseada de Brito, na cidade de Palhoça, um dos parques de maior produção da espécie nativa do mexilhão *Perna perna*, a planta processadora de moluscos, construída com recursos do Ministério do Meio Ambiente, encontra-se terceirizada à uma empresa privada.

A ADS, Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT, foi a única instituição, até aqui, capaz de pensar e executar, em conjunto com a FAMASC (Federação das Associações de Maricultores de Santa Catarina), trabalhos de mobilização e formação dos conceitos de Economia Solidária, voltada a empreendimentos cooperativos de forma participativa e auto-gestinários. Os resultados destes quatro anos de trabalho são o fortalecimento da articulação dos produtores em torno das Associações, e, por conseguinte, da FAMASC, bem como a determinação destes de se apropriarem de instrumentos próprios de comercialização coletiva, passando, desta forma, pela constituição da Cooperativa Central de Comercialização dos Moluscos.

Organização que requer planejamento administrativo e técnico, que possibilite aos produtores maior clareza acerca não só dos passos a serem dados, mas também, e, sobretudo, dos possíveis resultados. Questionamentos acerca das melhores estratégias para chegar ao mercado consumidor do Brasil e do mundo, a melhor forma de

organização do beneficiamento, a logística entre o produtor e as plantas processadoras e desta com o mercado consumidor, os custos de produção e preços indicativos de vendas, os investimentos necessários, entre outros, cercam o produtor de receios ao ousarem na criação de um empreendimento coletivo e solidário.

Instituições de pesquisa e governamentais realizam pesquisas para averiguar como este setor está se desenvolvendo no decorrer deste período e qual é o rumo que irá tomar daqui pra frente diante do cenário atual.

O principal entrave no desenvolvimento de um sistema coletivo de beneficiamento e comercialização de moluscos é a cultura individualista enraizada por um sistema econômico que ensina a competição, mas não ensina a cooperação. A visão destes produtores é que sozinhos terão mais controle do seu crescimento econômico e não enxergam que juntos podem ganhar mercado com a produção em escala. Aliado a isto, o maricultor tem dificuldade de quantificar detalhadamente o que ele gasta efetivamente com o seu cultivo. Na maioria das vezes, o produtor não sabe o quanto tira de rendimento no mês ou quanto ele investiu no cultivo durante um período ou quanto ele está ganhando de lucro líquido em uma colheita.

Na forma de cooperativas de compra e venda, estes pequenos produtores juntos têm acesso a melhor tecnologia, na qual tem-se investimento muito alto e inviável para um maricultor sozinho. A mecanização do cultivo é um fator necessário para a produção de escala e dimensionar as vendas para grandes centros. Mesmo sendo um empreendimento solidário, não se esquece que este irá competir no mercado capitalista e deve ser competitivo. Por ser solidário não significa que não terá vantagem competitiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vencer uma economia viciada e instável sendo uma pequena empresa ou um empreendimento solidário formado por trabalhadores de baixa renda sem o conhecimento de administração de empresas que as maiores empresas possuem? E mesmo assim nem estas estão fora do risco de falência.

A formação de cooperativa nem sempre tem sucesso, devido à inexperiência no gerenciamento do negócio ou na má administração dos recursos ou o desconhecimento de instrumentos básicos como cálculos de juros e depreciação dos equipamentos.

Vemos a dificuldade também no planejamento a longo prazo, que é elaborado para se eliminar ou se ajustar a possíveis riscos ou problemas futuros.

Não há uma cultura de empreendedorismo no Brasil, o país se desenvolveu sob a saga do desenvolvimentismo, em que a relação que dominava e ainda domina é a do empregador-empregado. O Brasil das estatais em que o governo dominava a economia. Pessoas que esperam o governo fazer por eles e que ser empregado é garantia para todo o sempre, ou seja, empreendedorismo está somente para empresários.

Vários fatores desestimulam o empreendedorismo entre as camadas de baixa renda.

- Pesados impostos;
- Ausência de conhecimento técnico em administração;
- Cultura assistencialista-paternalista estatal.

Não podemos descartar o sistema econômico vigente, neocapitalista, em que manda quem tem, obedece quem não tem. Um pseudo comércio livre.

É, principalmente, nesse ponto que o movimento da economia solidária se manifesta: no fomento e no apoio a empreendimentos que querem se erguer de forma solidária.

A economia solidária é uma alternativa econômico-social aos excluídos do sistema capitalista, que por dados comprovados é a uma parte considerável da população economicamente ativa.

Portanto, não há como ignorar esse movimento que leva o empreendedorismo e o conhecimento empresarial às camadas de renda mais baixas, possibilitando assim, a participação de mais indivíduos e empreendimentos numa economia mais justa e horizontal. Contribuir para a distribuição de renda e diminuição no desemprego.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

BARNI, Euclides João et al. Estudo de mercado de mexilhões em São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Florianópolis: EPAGRI, 2003.

BERTUCCI, Ademar da Andrade e SILVA, Roberto Marinho Alves da. Vinte Anos de Economia Popular Solidária: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

ECONOMIA Informal Urbana. IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Rio de Janeiro, 2005. Disponível no site <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003/ecinf2003.pdf> em 01 de julho de 2005.

MANCE, Euclides André. Redes de Colaboração Solidária: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

_____. Redes de Economia Solidária: a expansão de uma Alternativa Global. Disponível no site <http://www.milenio.com.br/mance> em 01 de julho de 2005.

MARTINHO, Cássio. Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. Brasília: WWF, 2003.

PRODUÇÃO Brasileira da Maricultura 2002. IBAMA(Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) Disponível no site <http://seapesca.agricultura.gov.br/seap/pdf/maricultura.pdf> em 01 de julho de 2005.

PRODUÇÃO Brasileira da Maricultura 2003. IBAMA(Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) Disponível no site <http://seapesca.agricultura.gov.br/seap/pdf/maricultura2003.pdf>

Secretaria Executiva - Departamento de Pesca e Aqüicultura. Disponível no site http://www.mercadodapesca.com.br/cadeias_moluscos.php?pag=historico em 01 de julho de 2005.

SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (org.). Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativa. 5ª edição. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Introdução à Economia Solidária. 1ª Edição. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA FILHO, José. Sínteses Anuais da Agricultura de Santa Catarina: Pesca e Aqüicultura. Disponível no site http://www.icepa.com.br/Publicacoes/sintese_anual.htm em 01 de julho de 2005.

UMBELINO, Valmor João. Complexos Cooperativos com estratégia de viabilidade dos empreendimentos de economia solidária. Florianópolis: ADS, 2000.